



MUNICÍPIO DE TAQUARAL/SP

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2023

ESPELHO DE RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA DO CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO

Padrão de resposta:

O candidato deveria elaborar texto dissertativo-argumentativo, organizado de forma lógica e dentro do padrão formal da língua portuguesa, próprio do discurso jurídico, no sentido de que o poder de polícia significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais. Em sentido estrito, poder de polícia caracteriza uma atividade administrativa, que consubstancia verdadeira prerrogativa conferida aos agentes da Administração, consistente no poder de delimitar a liberdade e a propriedade.

A teoria do ciclo de polícia demonstra que o poder de polícia se desenvolve em quatro fases, cada uma correspondendo a um modo de atuação estatal: (i) a ordem de polícia, (ii) o consentimento de polícia, (iii) a fiscalização de polícia e (iv) a sanção de polícia. A extensão de regras do regime de direito público a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta desde que prestem serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial é admissível pela jurisprudência do STF. Conseqüentemente, a Constituição, ao autorizar a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista que tenham por objeto exclusivo a prestação de serviços públicos de atuação típica do Estado e em regime não concorrencial, autoriza, conseqüentemente, a delegação dos meios necessários à realização do serviço público delegado. As estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial podem atuar na companhia do atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia, mormente diante da atração do regime fazendário. In casu, a Empresa de Transporte pode ser delegatária do poder de polícia de trânsito, inclusive quanto à aplicação de multas. Entretanto, o motorista não poderia ser o agente direto na aplicação da multa em respeito ao princípio da especialização, que exige que o poder de polícia seja conferido a agentes competentes para o seu ofício.

Os candidatos que abordaram tais pontos receberam 5 pontos no quesito TEMA, foram pontuados com 3 pontos quem não abarcou todas as questões ou abarcou em dissonância com a prática vigente, e 1 ponto para quem não as abarcou de forma minimamente suficiente em total discordância com a prática vigente.

Taquaral, 29 de setembro de 2023.